

SANTANDER PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO 2016

Índice

Sumário Executivo	3
Órgãos Sociais em funções	4
Estrutura Acionista.....	5
Enquadramento Macroeconómico.....	5
Principais indicadores da atividade	15
Perspetivas para 2017.....	15
Factos relevantes.....	15
Factos relevantes após o termo do exercício.....	16
Proposta de aplicação de resultados	16
Nota Final	17

Sumário Executivo

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

Em 2016, o mercado de Fundos de Pensões (FP) registou um acréscimo do volume sob gestão de 1,2%, passando de 18.164 milhões de euros em 2015 para 18.389 milhões de euros em 2016. Neste contexto a Santander Pensões tem 2 fundos sob gestão tendo permanecido na 7ª posição no mercado nacional de Fundos de Pensões com uma quota de 5%.

O total de volume gerido de Fundos de Pensões passou de € 914.883.478, no final de 2015 para €933.159.297, no final de Dezembro de 2016, as comissões líquidas aumentaram cerca de 14% no mesmo período. Por outro lado, o aumento de custos da sociedade acabou por se traduzir numa manutenção do resultado líquido.

Órgãos Sociais em funções

Mesa da Assembleia Geral – Mandato 2016/2018

Presidente António Terra da Motta

Secretário Raquel Garcia

Conselho de Administração – Mandato 2016/2018

Presidente Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina

Vogal José Manuel Neves

Vogal Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas¹

Vogal Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva

Conselho Fiscal – Mandato 2016/2018

Presidente PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Célia Maria Pedro Custódio

Vogal Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória

Vogal Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira

Suplente Paulo Jorge Macedo Gamboa

Revisor Oficial de Contas – Mandato 2016/2018

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.
representada por Aurélio Adriano Rangel Amaro

¹ Em Setembro de 2016, a Vogal do Conselho de Administração, Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas apresentou carta de renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração, com efeitos para 31 de Outubro de 2016. Esta renúncia foi comunicada à ASF e averbada no registo comercial da Sociedade.

Estrutura Acionista

O capital social da sociedade encontra-se representado por 200.000 ações com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A., sociedade anónima constituída ao abrigo da lei espanhola, com sede em Paseo de Pereda, números 9 a 12, 39004 Santander, inscrita no Registo Comercial de Cantábria, folha 286, folio 64, do Livro 5º de Sociedades e com o capital social integralmente subscrito de €7.291.170.350,50.

A aquisição da titularidade do capital da Sociedade por parte do novo acionista único ocorreu no ano de 2016, por efeitos de operação de fusão por incorporação, do Banco Santander, S.A. com a sua subsidiária integral Santander AM Holding SL, com sucessão universal do Banco no conjunto de direitos e obrigações existentes na esfera jurídica da referida Santander AM Holding SL.

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O ano de 2016 caracterizou-se por um ritmo de crescimento moderado, em redor de 3%, e em desaceleração face a 2015, assim resultando num novo ano de expansão inferior ao inicialmente previsto. Este abrandamento da atividade esteve especialmente concentrado nas economias desenvolvidas, tanto na zona euro, como nos EUA.

Ao longo do ano, o Fundo Monetário Internacional reviu em baixa as suas projeções para o crescimento do PIB mundial, até 3,1%, na atualização de janeiro de 2017 do *World Economic Outlook*. As economias desenvolvidas poderão ter crescido 1,6% (face a 2,1% em 2015), e as economias emergentes poderão ter mantido um crescimento em redor de 4,1%, apesar de claras diferenças regionais.

Crescimento Económico Mundial

	2014	2015	2016
Mundo	3,4	3,2	3,1
Países Avançados	1,9	2,1	1,6
EUA	2,4	2,6	1,6
UEM	1,1	2,0	1,7
Reino Unido	3,1	2,2	2,0
Japão	0,0	1,2	0,9
Países em Desenvolvimento	4,6	4,1	4,1
África	5,1	3,4	1,6
Ásia	6,7	6,7	6,3
China	7,3	6,9	6,7
Europa de Leste	2,8	3,7	2,9
Médio Oriente	2,7	2,5	3,8
América Latina	1,3	0,1	-0,7
Brasil	0,1	-3,8	-3,5

Fonte: FMI (janeiro de 2017)

A desaceleração esteve influenciada por um conjunto de fatores adversos, que foram afetando a confiança dos agentes económicos ao longo do ano.

Um primeiro fator foi a incerteza, logo nos primeiros meses do ano, relativamente à dinâmica de crescimento na China, que gerou inclusivamente uma fase de volatilidade acrescida nos mercados financeiros. Os receios de uma desaceleração profunda da atividade foram dissipados com os dados económicos entretanto divulgados, que revelaram também que as medidas de estímulo

adotadas pelas autoridades produziram efeitos de curto prazo, com o crescimento a estabilizar acima de 6,5%.

Um segundo fator foi o referendo britânico relativo à permanência do Reino Unido na União Europeia. A votação favorável à saída, assim materializando o cenário de *Brexit*, contribuiu para manter o clima de incerteza e a volatilidade nos mercados financeiros.

O novo Governo, liderado por Theresa May, anunciou que a formalização do pedido de saída, ao abrigo do artigo 50º do Tratado da União Europeia, deveria ocorrer até ao final de março de 2017. Já em janeiro de 2017, o Parlamento votou pelo início do processo, e o Governo publicou um "Livro Branco", onde apresentou os objetivos para o período negocial, assim como para a futura relação com a União Europeia. Em particular, o Governo pretende ter um período de transição diferenciado entre setores e que cubra o risco de não existir um pleno acordo durante o horizonte de dois anos previsto no Tratado de Lisboa.

O FMI publicou um estudo², preliminar ao referendo, onde estimou um impacto negativo de entre 0,5pp e 1pp sobre o crescimento económico nas principais economias desenvolvidas, num período de dois a três anos, e num contexto de negociações bem-sucedidas. A economia britânica, contudo, poderia ser mais afetada, em especial devido ao maior peso dos serviços no conjunto da atividade, com um impacto de -0,9pp já no ano de 2017. Em 2016, os impactos revelaram-se menores do que o antecipado, embora apenas em 2017 o processo de *Brexit* venha a ter o seu efetivo início.

O Banco de Inglaterra, nas reuniões de 2016, manteve as taxas de juro de referência, mas sinalizou sempre dispor dos instrumentos necessários para atuar, caso os riscos adversos se materializassem e afetassem negativamente a atividade económica.

Nesse mesmo estudo, o FMI considerou que as outras economias mais afetadas poderiam ser as economias desenvolvidas, com as quais o Reino Unido tem relações comerciais e financeiras mais fortes, pelo que mesmo dentro da União Europeia os impactos poderiam ser diferenciados entre os vários países.

Para Portugal, o Reino Unido foi, nos últimos anos, um importante parceiro comercial, sendo o quarto mercado de destino das exportações de bens e serviços (sendo ao nível do turismo o principal mercado de origem). Além disso, Portugal registou com o Reino Unido o seu maior excedente comercial.

Um terceiro fator de incerteza esteve relacionado com alterações geopolíticas, onde se incluíram um progressivo foco em políticas protecionistas, em contraste com o processo de globalização que caracterizou as três últimas décadas.

Também nos EUA, a nova Administração eleita em novembro de 2016, deu orientações de revisão dos principais acordos comerciais, em vigor ou em fase final de negociação (*NAFTA*, *TPP* e *TTIP*), bem como das relações comerciais com a China e outros países.

Em 2016, a economia norte-americana desacelerou, com um crescimento estimado em 1,6%, face a 2,6% no ano anterior. Esta desaceleração, e como verificado em anos anteriores, foi mais pronunciada no primeiro semestre do ano, e esteve associada a, por um lado, condições climáticas adversas, que afetaram a construção, e, por outro lado, a uma redução do investimento em infraestruturas de óleo e gás de xisto, fruto da descida dos preços do crude para níveis abaixo de 40 dólares por barril no final de 2015.

² "United Kingdom: Selected Issues", IMF Country Report 16/169, junho 2016

Apesar do menor crescimento económico, a criação de emprego permaneceu sustentada, com a taxa de desemprego a cair para 4,7%, o nível mais baixo desde 2007.

Fruto da conjugação dos fatores de incerteza supramencionados, a Reserva Federal dos EUA apenas retomou o ciclo de subida das taxas de juro de referência em dezembro, com uma nova subida de 25pb, para 0,75%, já que em reuniões anteriores decidiu aguardar por mais informação quanto aos impactos que esses fatores poderiam ter sobre a economia norte-americana. Nessa mesma reunião, revelou que os governadores admitiam a possibilidade de as taxas de juro de referência poderem vir a registar mais duas a três subidas durante o ano de 2017.

	PIB	Inflação
UEM	1,7	0,2
Alemanha	1,7	0,5
França	1,3	0,1
Espanha	3,2	-0,2
Itália	0,9	-0,1

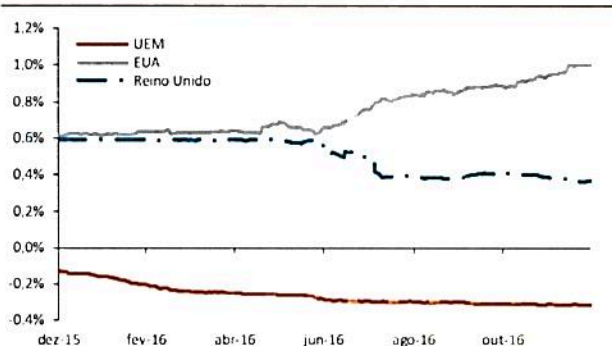
Fonte: FMI (janeiro 2017)

Na zona euro, o PIB desacelerou igualmente, com um crescimento estimado de 1,7%, abaixo dos 2,0% observados em 2015. Durante o primeiro semestre, e apesar do clima de incerteza global, a zona euro manteve um ritmo de crescimento sustentado, embora diferenciado entre países, beneficiando da melhoria da procura interna, incluindo a despesa de capital.

No entanto, com as estimativas de crescimento para 2016 abaixo do crescimento potencial, e com a inflação claramente abaixo do objetivo de "próximo, mas abaixo de 2%", fruto também da evolução dos preços da energia, o Banco Central Europeu decidiu uma reformulação das medidas de estímulo à economia.

Na reunião de março, o BCE decidiu (i) descer a taxa de refinanciamento para 0% e a taxa de depósito para -0,4%; (ii) ampliar o programa de aquisição de ativos financeiros para 80 mil milhões de euros mensais (um acréscimo mensal de 20 mil milhões); (iii) incluir dívida emitida por empresas não financeiras no leque de ativos elegíveis para o programa de *quantitative easing*; e (iv) lançar um conjunto de operações de refinanciamento de prazo alargado (TLTRO, na sigla inglesa), a quatro anos, nas quais os bancos acedem a financiamento à taxa de refinanciamento, podendo posteriormente beneficiar de uma bonificação da taxa de juro, até ao valor da taxa de depósito, dependente da evolução da carteira de crédito durante o período de vida da operação. Os bancos puderam, também, converter o financiamento que tinham obtido ao abrigo do anterior programa de TLTRO nesta nova modalidade.

Em consequência deste anúncio, e sua implementação, as taxas de juro da zona euro, de curto e de longo prazo, registaram um movimento de descida, que as conduziu para níveis mínimos históricos absolutos.

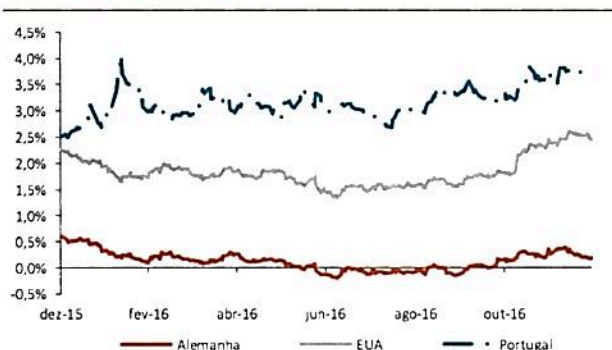
Taxas de Juro 3 Meses


Fonte: Bloomberg

Assistiu-se, assim, a um movimento diferenciado das taxas de juro entre a zona euro (valores progressivamente mais negativos) e os EUA, onde as taxas de juro de curto prazo subiram, em consonância com a atuação da Reserva Federal. As taxas de juro britânicas reduziram-se, a partir de junho, com a mensagem pelo Banco de Inglaterra de que estaria disponível para reagir aos eventuais efeitos do *Brexit* sobre a economia.

Em vários países europeus, as taxas de juro de longo prazo (na maturidade dos 10 anos) entraram em terreno negativo, fruto das decisões de março do BCE.

Esta dinâmica inverteu-se no final do ano, quando se iniciou um movimento global de *repricing*, que teve parte da sua génese nos EUA, em antecipação à eleição de Donald Trump e às anunciadas políticas de estímulo económico (fiscal e de investimento em infraestruturas). Na Europa, as taxas de juro de longo prazo subiram mais pronunciadamente em Espanha, devido às negociações para formação do Governo, e em Itália, em antecipação ao referendo sobre a reforma do sistema político.

Taxas de Juro 10 Anos


Fonte: Bloomberg

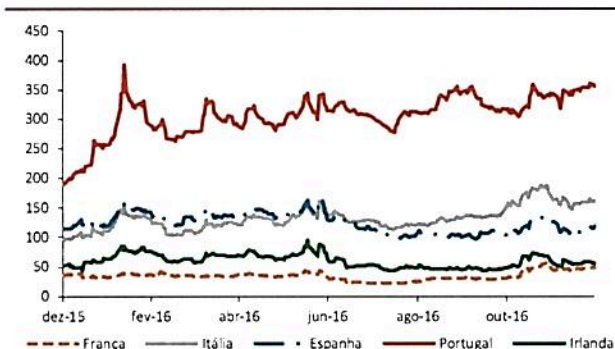
Estes fatores levaram a que, no final do ano, e mesmo no contexto de subida das taxas de juro na Alemanha, os *spreads* de crédito tivessem alargado. Portugal, contudo, registou um agravamento mais pronunciado, para níveis em redor de 350pb no final do ano, um agravamento face aos cerca de 200pb observados no início do ano. Apesar da progressiva redução do défice orçamental, a perceção de risco permaneceu sempre elevada, seja por receios de contágio da envolvente

Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua Rosa Araújo, n.º 2, 9º Piso - 1250-195 Lisboa Tel. +351 21 313 16 12 Fax +351 21 313 16 39

externa, seja por receios de que a notação de risco da República pudesse ser revista em baixa, o que não ocorreu.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

No mercado cambial, destacou-se a depreciação do euro, acentuada pelas revisões de política pelo BCE. No final do ano, e após as eleições presidenciais nos EUA, o euro testou mínimos desde 2002 face ao dólar, próximo dos 1,03 dólares por euro.

A libra esterlina, contudo, de entre as principais taxas de câmbio, foi a moeda que mais desvalorizou, devido à materialização do cenário de *Brexit*. Efetivamente, após o referendo, a libra depreciou até 0,94 libras por euro, o nível mais fraco face ao euro desde 2009. Contudo, a maior depreciação ocorreu face ao dólar, com a libra a cair para 1,2 dólares, o nível mais fraco em mais de três décadas.

A evolução dos mercados acionistas caracterizou-se por um sentimento globalmente negativo, salvo raras exceções, durante a maior parte do ano. Ainda assim, a generalidade dos índices recuperou das perdas acumuladas, encerrando o ano em linha ou acima dos níveis de fecho em 2015, quando a incerteza quanto ao ritmo de crescimento na China atingiu o seu pico.

Principais Taxas de Câmbio
(Dez-2015 = 100)



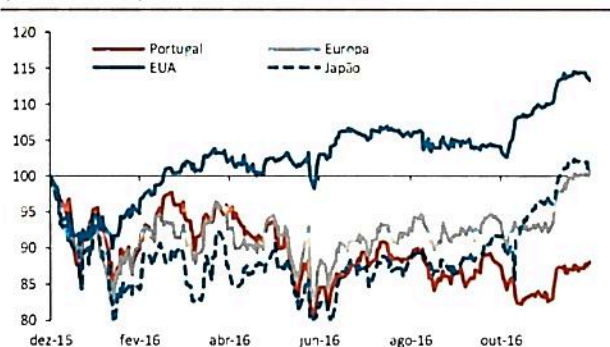
Fonte: BCE

Nos EUA, os mercados acionistas entraram em terreno positivo no segundo trimestre do ano, fruto de dados económicos sustentados e da manutenção das taxas de juro de referência pela Reserva Federal, e viriam a registar uma mais forte apreciação já no quarto trimestre do ano, após a eleição de Donald Trump como 45.º Presidente dos EUA, em antecipação às medidas expansionistas

(programa de infraestruturas e redução dos impostos sobre o rendimento) anunciadas durante a campanha eleitoral.

Na Europa, o sentimento permaneceu negativo, fruto também do resultado do *Brexit* e dos receios quanto aos potenciais impactos adversos sobre as economias europeias, assim como das perspetivas de necessidade de recapitalização dos bancos europeus, em especial os italianos. Os mercados recuperaram no final do ano, apoiados por dados económicos mais favoráveis, bem como pelos efeitos de contágio oriundos dos EUA.

Mercados Acionistas
(Dez-15 = 100)

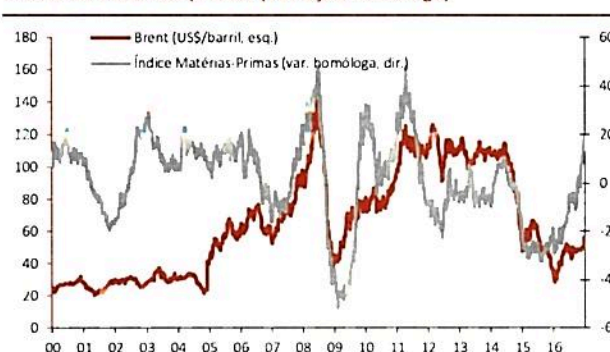


Fonte: Bloomberg

Em Portugal, o principal índice PSI-20 registou uma desvalorização de cerca de 12%, muito influenciada pela dinâmica do setor bancário, quer no contexto europeu de recapitalização do setor e de gestão de ativos não produtivos, em especial créditos *non-performing* (na aceção da Autoridade Bancária Europeia – EBA), quer no quadro específico do setor nacional, com reorganizações acionistas e pagamentos de ajudas de Estado.

Os dados económicos mais favoráveis, em especial nos últimos meses do ano, e as expetativas de políticas expansionistas (monetária na Europa e Ásia, fiscal nos EUA, por exemplo), contribuíram para uma valorização das principais matérias-primas, com especial destaque para o crude.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg



O preço do petróleo valorizou mais de 50%, para cerca de 56 dólares por barril, face a cerca de 35 dólares no final de 2015. Esta evolução foi influenciada, também, pelo acordo entre os produtores de petróleo para uma redução da produção, já no último trimestre do ano.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro, que começou o ano em redor de 1.062 dólares por onça, valorizou continuamente até ao verão, quando atingiu os 1.375 dólares, no quadro de incerteza global. Contudo, no final do ano, a redução da aversão a risco refletiu-se numa depreciação do ouro, que fechou 2016 nos 1.123 dólares.

Economia Portuguesa

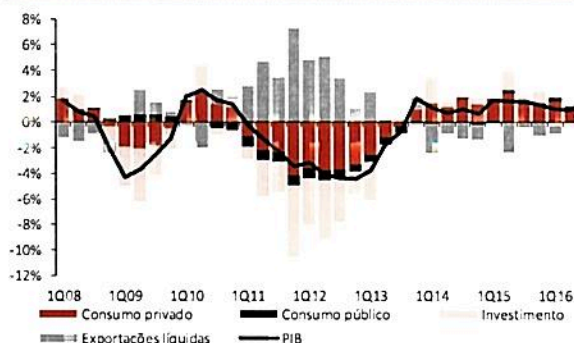
O PIB cresceu 1,4% em 2016, beneficiando de uma aceleração da atividade económica já no segundo semestre do ano, que assim compensou a desaceleração iniciada em 2015 e que se estendeu pela primeira metade do ano. Contudo, a economia desacelerou face aos 1,6% observados em 2015.

Dados Macroeconómicos

	2014	2015	2016
PIB	0,9	1,6	1,4
Consumo Privado	2,3	2,6	2,3
Consumo Público	-0,5	0,8	0,8
Investimento	5,1	4,6	-0,9
Exportações	4,3	6,1	4,4
Importações	7,8	8,2	4,4
Inflação média	-0,3	0,5	0,6
Desemprego	13,9	12,4	11,1
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,6	-3,0	-2,1
Dívida pública (% do PIB)	130,6	129,0	130,5
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,5	1,7	1,7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

No primeiro semestre, o PIB cresceu a um ritmo trimestral anualizado de 1%, com a taxa homóloga a desacelerar para 0,9% nesse período. Este abrandamento foi mais marcado ao nível do investimento e das exportações, associado também ao aumento da incerteza global que caracterizou a economia mundial durante este período.

**Contributos para o Crescimento do PIB
(tvh)**


Fonte: INE

A desaceleração do investimento, prolongando uma tendência que já vinha de 2015, foi ampliada por condições climáticas adversas que afetaram o setor da construção. Também o investimento em máquinas e equipamentos registou uma trajetória de abrandamento, com as empresas a adiarem projetos de expansão da capacidade, fruto dos sinais de desaceleração da procura externa e de níveis de utilização da capacidade instalada abaixo da média histórica.

Contudo, esta moderação do investimento não terá sido uniforme entre setores, com um reforço da despesa de capital nos setores de refinação de petróleos e automóvel (este, em preparação para a produção de um novo modelo automóvel a lançar em 2017, na AutoEuropa). O maior volume de investimento por estes setores de atividade foi anulado pela prática estagnação do investimento em construção residencial e pela forte retração do investimento público.

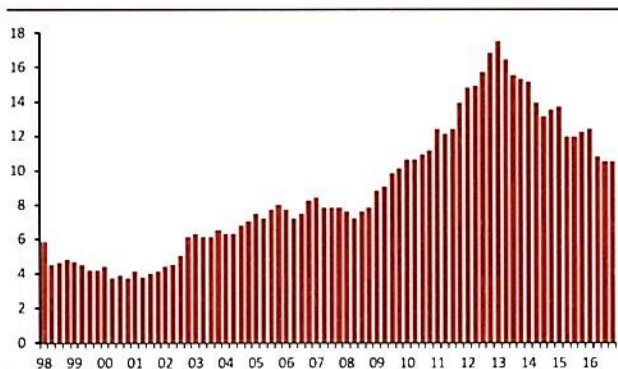
As exportações desaceleraram durante todo o primeiro semestre do ano, sendo especialmente afetadas por três fatores, dois dos quais relacionados com o acima mencionado relativo ao investimento. São os casos do encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, e que afetou as exportações de produtos energéticos, e a redução das exportações de material de transporte, devido à mencionada substituição de modelos automóveis produzidos na AutoEuropa, que se refletiu também nas dinâmicas de exportações para a Alemanha e China. O terceiro fator prende-se com a mais significativa redução das exportações para Angola, cuja economia atravessou um processo de ajustamento económico provocado pela descida do preço do petróleo. Em 2016, as exportações para Angola representaram menos de 4% do total, face aos cerca de 7% observados em anos transatos.

No decurso do segundo semestre, e em especial no final do ano, assistiu-se, em sintonia com a recuperação da economia global, a uma reaceleração das exportações.

O consumo privado manteve um crescimento sustentado, embora abaixo do observado em 2015, e apesar de um impulso no primeiro trimestre, associado, por um lado, à reposição de rendimentos na Função Pública (que foi efetuada de modo gradual ao longo do ano, sendo os salários repostos ao nível de 2011 no final do ano), e, por outro, ao aumento da despesa de consumo em bens duradouros, em especial automóveis, devido à antecipação da aquisição de viaturas fruto das alterações fiscais constantes do Orçamento do Estado para 2016, que entrou em vigor em Abril.

A descida do desemprego, para 10,5% no segundo semestre do ano (11,1% em média anual), contribuiu também para suportar a dinâmica do consumo privado.

Taxa de Desemprego (%)

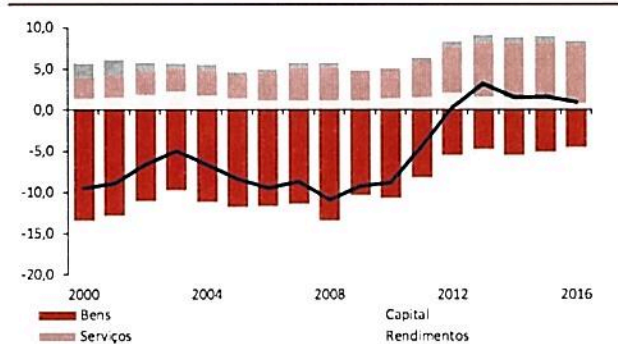


Fonte: INE

A balança corrente e de capital manteve um saldo excedentário, na ordem de 1,7% do PIB, em linha com o observado no ano transato, com o saldo da balança de serviços a compensar a desaceleração ligeira das exportações de bens, assim como pelo agravamento ligeiro do défice da balança de rendimentos (em linha com a subida das taxas de juro da dívida portuguesa).

A posição de investimento internacional continuou a evoluir positivamente, em linha com a melhoria do saldo externo, com uma redução da situação negativa para cerca de 103% do PIB, uma redução de cerca de 6pp face a 2015.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)



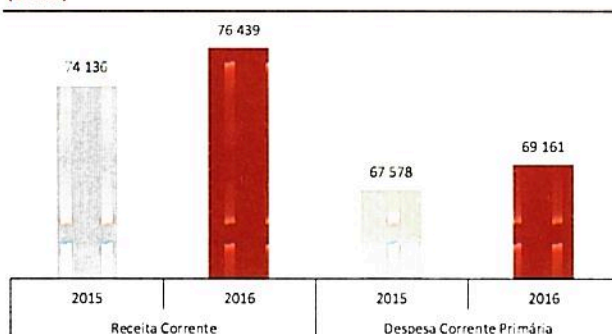
Fonte: Banco de Portugal, INE

A execução orçamental de 2016, na ótica da contabilidade nacional, terá registado um défice de 2,1% do PIB, abaixo dos 2,5% acordados com a Comissão Europeia e dos 2,2% constantes do Orçamento do Estado. A execução orçamental esteve impactada por fatores pontuais, entre os quais as receitas do PERES – programa de regularização de pagamentos ao Estado, bem como por reduções da despesa corrente primária e de investimento, para compensar um menor crescimento da receita fiscal e o aumento da despesa com pessoal.

A receita fiscal, para o conjunto das Administrações Públicas, cresceu 2,4% em 2016, sendo que a receita de impostos diretos contraiu 2,1%, devido à redução da sobretaxa em sede de IRS, e apesar da recuperação da receita de IRC, no âmbito do PERES. Ao nível dos impostos indiretos, a

receita subiu 6,6%, beneficiando da dinâmica do ISP, já que a receita de IVA cresceu de forma mais moderada.

Receita Corrente e Despesa Corrente Primária
(€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

A despesa corrente primária cresceu 2,3%, com o aumento dos encargos com pessoal (+3,1%) a serem compensados por um maior controlo da despesa com outros bens e serviços (+0,7%), e, ao nível da despesa total, pela redução da despesa de capital (-5,2%).

A notação de risco da República permaneceu inalterada, com as principais agências a reafirmarem as notações de risco, de *speculative grade* pela S&P Global, Moody's e Fitch, e de *investment grade*, pela DBRS.

Durante o ano, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e focou na diversificação das fontes de financiamento, com o lançamento de um novo produto de retalho, as Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável – OTRV, com uma remuneração correspondente à taxa Euribor 6 meses adicionada de um spread de 2,05%. Durante o ano, o Tesouro emitiu 3,5 mil milhões de euros neste produto, a que acresceram 3,5 mil milhões em Certificados do Tesouro e de Aforro, embora nos últimos meses do ano, e fruto da menor remuneração, tivesse havido já resgates líquidos de Certificados de Aforro. O Tesouro amortizou, também, uma nova tranche dos empréstimos do FMI, no montante de 4,5 mil milhões de euros.

O setor financeiro português, em 2016, prosseguiu os vários processos de reestruturação, incluindo recapitalização e redefinição da estrutura acionista por parte de algumas instituições. No final do ano, o Banco de Portugal comunicou que o Fundo de Resolução iria prosseguir as negociações para a venda do Novo Banco. A setembro de 2016, de acordo com os dados do Banco de Portugal, o setor tinha um rácio CET1 de 12,3%.

A evolução dos volumes de crédito caracterizou-se, um ano mais, pelo aumento dos volumes de nova produção, ao nível do crédito a particulares, mas em simultâneo pela continuação da redução do *stock* de crédito. Esta dinâmica é habitual em períodos de reestruturação, enquadrada também no processo de desalavancagem pelo setor privado da economia. O rácio crédito/depósitos reduziu-se para 101,1%, a setembro.

A nova produção de crédito hipotecário aumentou 44% face ao ano transato, embora o *stock* de crédito hipotecário se tenha reduzido em cerca de 3%. O crédito ao consumo e outros fins registou um crescimento de quase 8% ao nível da nova produção, e um crescimento de 6% em termos de *stock*. O crédito a empresas, contudo, e no contexto de reduzido investimento, registou uma

redução de 12% ao nível da nova produção, e de 6% em termos de *stock*. Houve, a este nível, também um aumento do ritmo de *write-offs*, que contribuiu para a redução da carteira de crédito.

Principais indicadores da atividade

	2016	2015
Balanço:		
Ativo	5 562 475	5 599 138
Capital Próprio	5 562 475	5 599 138
Demonstração de Resultados:		
Margem financeira	4 219	19 381
Serviços e comissões	416 743	366 607
Outros resultados	(8 246)	(9 184)
Produto bancário	412 716	376 805
Custos Operacionais	(390 615)	(332 621)
Amortizações e provisões líquidas	(9 966)	0
Impostos	(11 795)	(22 076)
Resultado Líquido do Exercício	339	22 107
Volume sob gestão	933 159 298	914 883 478
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	0,01%	0,44%
Rentabilidade do Ativo (ROA)	0,01%	0,44%
Cost to Income	94,65%	88,27%

O total de volume gerido de Fundos de Pensões passou de € 914.883.478, no final de 2015 para €933.159.297, no final de Dezembro de 2016, as comissões líquidas aumentaram cerca de 14% no mesmo período. Por outro lado, o aumento de custos da sociedade acabou por se traduzir numa manutenção do resultado líquido.

Perspetivas para 2017

Para 2017, a Santander Pensões continuará o trabalho desenvolvido nos últimos anos, nomeadamente, no enfoque na gestão de Fundos de Pensões do Grupo Santander, sendo expectável que o volume sob gestão venha a aumentar no decurso do ano 2017, em resultado da integração dos antigos colaboradores do ex-Banif no Banco Santander Totta, e após as devidas aprovações regulatórias.

Factos relevantes

No decurso do ano de 2013, deu-se uma alteração na estrutura acionista da Santander Pensões em virtude da qual, a totalidade do capital social desta sociedade passou a ser detido pela Santander AM Holding, S.L.

Aquando da referida operação, foi desenhado, e, aliás, apresentado junto dos vários reguladores em Portugal, um conjunto de objetivos e projeções financeiras para os ulteriores exercícios da Santander Pensões.

No seguimento da referida alteração ocorrida em 2013, é expectável que no decurso do ano de 2017 exista um alinhamento dos negócios de gestão de ativos em Portugal com o modelo adotado noutras geografias em que o Grupo Santander está presente.

Assim, está previsto que durante o ano de 2017 possa existir uma alteração da estrutura acionista da Santander Pensões, mantendo-se no entanto dentro do perímetro do Grupo Santander. Estas alterações estão sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia pelas Entidades de Regulação.

Factos relevantes após o termo do exercício

Não é do conhecimento da Administração que tenham ocorrido factos relevantes após 31 de Dezembro de 2016 que tenham impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

Proposta de aplicação de resultados

Não havendo necessidade de reforço de reservas legais o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício, no montante de 340,32 €, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados: 340,32 €

Nota Final

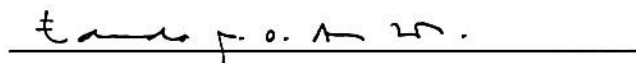
O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para os resultados obtidos, nomeadamente:

- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à APFIPP, pelo apoio prestado ao longo do exercício.
- Aos colaboradores da empresa pela sua dedicação e esforço.
- Aos associados, pelo empenho no acompanhamento da evolução da Sociedade e pela confiança que nela depositaram.
- Aos órgãos sociais da empresa, revisores oficiais de contas, auditores externos, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções.

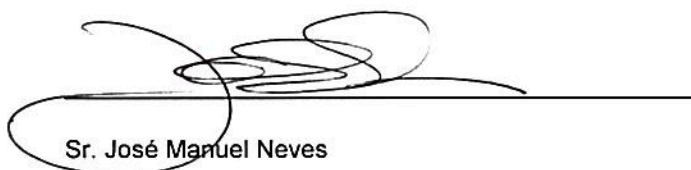
Lisboa, 29 de Março de 2017

O Conselho de Administração

Dr. Joaquim António Aires Mateus De Calça E Pina (Presidente)



Eng. Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva



Sr. José Manuel Neves

0
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99

0
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade foi alienada pela Santander Gestão de Ativos, S.G.P.S., S.A. à Santander AM Holding, S.L., uma empresa do Grupo Santander.

Em 28 de dezembro de 2016, ocorreu a fusão por incorporação no Banco Santander S.A da Santander AM Holding, S.L.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sociedade era responsável pela gestão dos seguintes Fundos de Pensões:

	Valor patrimonial	
	31-12-2016	31-12-2015
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. (BST)	932.464.553	914.203.911
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	694.745	679.567
	<u>933.159.298</u>	<u>914.883.478</u>

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2017 mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas convocada para o dia 30 de março de 2017. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam os requisitos de divulgação definidos no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis em 31 de dezembro de 2016.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos encontram-se classificados como correntes ou não correntes. Classificam-se como ativos/passivos correntes, os montantes que se espera venham a ser recuperados ou liquidados num período até doze meses após a data do balanço. Classificam-se como ativos/passivos não correntes, os montantes que se espera venham a ser recuperados ou liquidados num período superior a doze meses após a data do balanço.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em função do período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos fixos tangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável pode diferir do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.5. Instrumentos financeiros

A Sociedade optou por aplicar as Normas IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresentação”, IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações” ao abrigo do parágrafo 2 da NCRF 27 – “Instrumentos Financeiros”. Neste sentido, as políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade no registo e valorização dos seus instrumentos financeiros detalham-se como segue:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e correspondem a:

(i) Outras contas a receber

As outras contas a receber encontram-se registadas no ativo ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável e são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício em que são estimadas.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Caixa e seus equivalentes e os outros depósitos bancários encontram-se registados no ativo ao custo amortizado.



(iii) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores encontram-se registadas no passivo ao custo amortizado, o qual geralmente não difere do seu valor nominal.

3.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Comissões de gestão

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos que administra são remunerados sob a forma de uma comissão de gestão, a qual é registada na rubrica "Serviços prestados" da demonstração dos resultados. Esta comissão é faturada trimestralmente e calculada pela aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão dos Fundos sobre o valor médio mensal dos fundos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as taxas anuais de comissão de gestão em vigor na Sociedade relativas aos Fundos de Pensões por si geridos são as seguintes:

Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	0,21%
Fundo de Pensões BST	0,18%

3.7. Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de Diferimentos (Nota 11).

3.8. Taxa a pagar à ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

De acordo com o Decreto-Lei nº 171/87, de 20 de abril, a ASSFP cobra uma taxa de 0,048% sobre as contribuições efetuadas pelos associados e participantes para os fundos de pensões. Esta taxa é suportada pelos Fundos.

3.9. Rubricas extrapatrimoniais

Nestas rubricas é registado o valor patrimonial dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 1).

3.10. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.11. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sociedade efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A utilização de estimativas e pressupostos resume-se essencialmente à seguinte área significativa:

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pela Sociedade com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos.

Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos os valores registados resultam do melhor entendimento da gestão da Sociedade sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 3.5 (ii)) e detalha-se como segue:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:		
Banco Santander Totta, S.A. (Nota 6.3)	<u>1.644.656</u>	<u>1.484.392</u>

Os depósitos à ordem encontram-se expressos em euros.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2016 não existiu qualquer alteração nas políticas contabilísticas e nas estimativas. Não existe nenhum erro a reportar em 31 de dezembro de 2015.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é integralmente detida pelo Banco Santander, S.A., pelo que as partes relacionados correspondem às empresas do Grupo Santander.

6.2. Membros do Conselho de Administração da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2015, os membros do Conselho de Administração da Sociedade são:

- (i) Dr. Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina;
- (ii) Sr. José Manuel Neves;
- (iii) Dra. Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas; e
- (iv) Eng. Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva.

Em Setembro de 2016, a Vogal do Conselho de Administração, Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas apresentou carta de denúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração, com efeitos a 31 de Outubro de 2016. Não se verificaram outras alterações à composição do Conselho de Administração, mantendo-se os restantes 3 elementos reeleitos em Maio de 2016.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os custos suportados relativamente à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 252.883 euros e 232.553 euros, respetivamente (Nota 15).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em euros)**6.3. Saldos e transações com partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sociedade apresentava os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:

	31-12-2016					Total
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	
Ativo						
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.644.656	-	-	-	-	1.644.656
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.500.437	-	-	-	-	3.500.437
Outras contas a receber (Nota 10)	-	406.621	354	-	-	406.975
	<u>5.145.093</u>	<u>406.621</u>	<u>354</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.552.068</u>
Passivo						
Diferimentos (Nota 11)				(1.204.914)		(1.204.914)
Rendimentos e gastos						
Serviços prestados (Nota 13)	-	1.620.184	1.473	-	-	1.621.657
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	(169)	-	-	(1.204.914)	(33.825)	(1.238.908)
Custos com o pessoal (Nota 15)	(21.639)	-	-	-	-	(21.639)
Juros de depósitos a prazo (Nota 17)	4.219	-	-	-	-	4.219
	<u>(17.589)</u>	<u>1.620.184</u>	<u>1.473</u>	<u>(1.204.914)</u>	<u>(33.825)</u>	<u>365.329</u>

	31-12-2015					Total
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	
Ativo						
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.484.392	-	-	-	-	1.484.392
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.507.871	-	-	-	-	3.507.871
Outras contas a receber (Nota 10)	-	413.941	424	-	-	414.365
	<u>4.992.263</u>	<u>413.941</u>	<u>424</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.406.628</u>
Passivo						
Diferimentos (Nota 11)				(1.303.994)		(1.303.994)
Rendimentos e gastos						
Serviços prestados (Nota 13)	-	1.668.901	1.700	-	-	1.670.601
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	-	-	-	(1.303.994)	(28.710)	(1.332.704)
Juros de depósitos a prazo (Nota 17)	19.381	-	-	-	-	19.381
	<u>19.381</u>	<u>1.668.901</u>	<u>1.700</u>	<u>(1.303.994)</u>	<u>(28.710)</u>	<u>357.278</u>

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não se registaram movimentos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, nem nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não se registaram movimentos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos a prazo e apresentava a seguinte composição:

31-12-2016						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	23 de janeiro de 2017	0,02%	1.000.000	192	1.000.192
BST	EUR	29 de junho de 2017	0,02%	1.500.000	155	1.500.155
BST	EUR	21 de julho de 2017	0,02%	1.000.000	91	1.000.091
				<u>3.500.000</u>	<u>437</u>	<u>3.500.437</u>

31-12-2015						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	28 de junho de 2016	0,26%	1.500.000	2.038	1.502.038
BST	EUR	22 de Julho de 2016	0,27%	1.000.000	1.227	1.001.227
BST	EUR	22 de janeiro de 2016	0,48%	1.000.000	4.606	1.004.606
				<u>3.500.000</u>	<u>7.871</u>	<u>3.507.871</u>

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2016	31-12-2015
Comissões de gestão (4º trimestre)		
Fundo de Pensões BST (Nota 6.3)	406.621	413.941
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	354	424
Outros devedores	-	10.877
	<u>406.975</u>	<u>425.242</u>

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Passivo:		
Credores por acréscimos de gastos:		
Comissão a pagar à Santander Asset Management:		
Comissão de gestão	1.171.003	1.205.741
Comissão adicional	33.911	98.253
Serviços obtidos e não faturados	10.045	15.740
Encargos com férias e subsídio de férias a liquidar relativos a colaboradores cedidos	-	21.681
Prémios a pagar	179.522	110.398
Outros credores	-	1.432
	<u>1.394.481</u>	<u>1.453.245</u>

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (SAM) um contrato mediante o qual a Sociedade atribuiu à SAM um mandato para a gestão dos ativos dos fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração anual a pagar pela Sociedade como contrapartida dos serviços de gestão de ativos prestados pela SAM correspondente a 0,13% sobre o montante total médio de ativos no final de cada mês ("Comissão de gestão"), com início em janeiro de 2015.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado com a SAM acima referido, para além das comissões de gestão acima referidas, a Sociedade passou a pagar à SAM uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos fundos de pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais ("Comissão adicional").

Em 31 de dezembro de 2015 estavam por pagar a totalidade das "Comissões de gestão" e da "Comissão adicional" relativas ao exercício de 2015, as quais foram pagas em 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 estavam por pagar a totalidade das "Comissões de gestão" e da "Comissão adicional" relativas ao exercício de 2016, as quais até à data se encontravam por pagar.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Prémios a pagar" respeita aos prémios a pagar aos órgãos de administração da Sociedade pelo seu desempenho naqueles exercícios.

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Sociedade estava representado por 200.000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, sendo detido na totalidade pela Santander AM Holding, S.L e encontrava-se integralmente realizado.

Em 28 de dezembro de 2016, ocorreu a fusão por incorporação no Banco Santander S.A da Santander AM Holding, S.L., pelo que no exercício de 31 de dezembro de 2016, o Capital da Sociedade passou a ser detido integralmente pelo Banco Santander SA.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em euros)

social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital social ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2017, foi proposto que o resultado líquido do exercício de 2016, no montante de 340 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

Em reunião da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de Março de 2016 foi aprovado que o resultado líquido do exercício de 2015, no montante de 22.107 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

13. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado como se segue:

	2016	2015
<u>Comissões de gestão:</u>		
Fundo de Pensões BST (Nota 6.3)	1.620.184	1.668.901
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1.473	1.700
	<u>1.621.657</u>	<u>1.670.601</u>

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada como se segue:

	2016	2015
Prestação de serviços profissionais		
Gestão das carteiras dos fundos de pensões (Nota 11)	1.204.914	1.303.994
Contabilidade (Nota 6.3)	33.825	28.710
Auditoria, consultoria e outros serviços	32.026	15.740
Outros trabalhos especializados	13.943	908
Outros	3.499	1.121
	<u>1.288.207</u>	<u>1.350.473</u>

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica "Prestação de serviços profissionais - Contabilidade" refere-se aos honorários incorridos com o Santander Tecnologia y Operaciones, AEIE um agrupamento de empresas do Grupo Santander) relativamente a serviços de contabilidade.

Revisor Oficial de Contas

Os honorários faturados e cobrados durante o exercício de 2016 e 2015 pelo Revisor Oficial de contas à Sociedade, de acordo com o disposto no art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2016		2015	
	Pricewaterhouse- Coopers, SROC, Lda	Deloitte & Associados, SROC, SA	Deloitte & Associados, SROC, SA	
Revisão legal das contas anuais (i)	8.167	8.000	8.000	
Outros Serviços de garantia de fiabilidade (i)		12.000	12.000	
	<u>8.167</u>	<u>20.000</u>	<u>20.000</u>	

(i) Valores faturados e cobrados sem IVA e sem despesas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em euros)Órgão de Fiscalização

Os membros do Conselho fiscal não foram remunerados durante o exercício de 2015. Em 2016 o detalhe das suas remunerações pode ser resumido como se segue:

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Remuneração Fixa</u>
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Célia Maria Pedro Custódio	Presidente	2.500
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	1.500
Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira	Vogal	2.500
Paulo Jorge Macedo Gamboa	Suplente	-
		<u>6.500</u>

15. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração dos órgãos sociais	134.797	114.568
Prémios e incentivos aos órgãos sociais	84.113	90.992
Encargos com os órgãos sociais	33.973	26.993
Outras gratificações	-	-
	<u>252.883</u>	<u>232.553</u>
Remuneração do pessoal	35.645	33.781
Prémios e incentivos ao pessoal	3.490	2.319
Encargos sobre as remunerações	8.484	12.939
Contribuições para o plano de contribuição definida	2.273	2.379
Seguros de acidentes de trabalho, doença e vida	44	43
Outros benefícios	4.503	2.128
	<u>54.439</u>	<u>53.589</u>
	<u>307.322</u>	<u>286.142</u>

A partir de janeiro de 2012 a Sociedade deixou de ter colaboradores vinculados à Sociedade, recorrendo a um colaborador cedido pelo BST.

Nos termos do Aviso 10/2011 do Banco de Portugal de 29 de dezembro, presta-se informação relativamente às remunerações auferidas em 2016 e 2015, pelos membros do Conselho de Administração:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em euros)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração fixa:		
Joaquim Calça e Pina	66.871	66.871
José Neves	56.789	55.639
	<u>123.660</u>	<u>122.510</u>
	<u>Pecuniário</u>	<u>Ações</u>
	<u>(euros)</u>	<u>(nº de ações)</u>
Remuneração variável:		
Atribuída no ano e paga em 2017		
Joaquim Calça e Pina	11.132	2.187
José Neves	13.200	2.593
	<u>24.332</u>	<u>4.780</u>
Atribuída no ano a diferir por 3 anos		
Joaquim Calça e Pina	7.422	1.458
José Neves	8.800	1.729
	<u>16.222</u>	<u>3.187</u>
Atribuída em anos anteriores e paga em 2017		
Joaquim Calça e Pina	8.431	1.416
José Neves	9.452	1.611
	<u>17.883</u>	<u>3.027</u>
Atribuída em anos anteriores a diferir		
Joaquim Calça e Pina	7.460	1.633
José Neves	8.934	1.949
	<u>16.394</u>	<u>3.582</u>
	<u>74.831</u>	<u>14.576</u>

16. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outros gastos:		
Quotizações	7.825	6.925
Insuficiência de estimativa de imposto	1.774	7.976
Outros	77	-
	<u>9.676</u>	<u>14.901</u>

17. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Juros obtidos		
Depósitos a prazo (Nota 6.3)	4.219	19.381

18. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A tributação dos lucros das empresas para o ano de 2016 é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável (21% no exercício de 2015);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2015); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que 1.500.000 euros 0%;
 - Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros 3%;
 - Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros 5%;
 - Maior do que 35.000.000 euros 7%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2013 a 2016 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2016		31-12-2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas				
Estimativa de imposto		11.795	(22.076)	-
Pagamentos por conta	10.407		203.709	-
	<u>10.407</u>	<u>11.795</u>	<u>181.633</u>	<u>-</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC verificada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como se segue:

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		12.135		44.183
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	2.548	21,00%	9.278
Ajustamentos ao lucro tributável	10,61%	1.288	-	-
Derrama	2,26%	274	1,50%	663
Tributações autónomas	63,33%	7.685	27,47%	12.135
Taxa efetiva	<u>97,20%</u>	<u>11.795</u>	<u>49,96%</u>	<u>22.076</u>

19. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados básicos por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram determinados conforme se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado líquido do exercício	340	22.107
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 12)	200.000	200.000
Resultados básicos por ação	<u>0,00</u>	<u>0,11</u>

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

20. RESPONSABILIDADES EXTRAPATRIMONIAIS

	<u>Valor patrimonial</u>	
	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. (BST)	932.464.553	914.203.911
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	694.745	679.567
	<u>933.159.298</u>	<u>914.883.478</u>

21. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROSJusto valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em euros)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao justo valor pode ser resumida como se segue:

	31-12-2016			Valor de balanço total
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.644.656	-	-	1.644.656
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.500.437	-	-	3.500.437
	<u>5.145.093</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.145.093</u>

	31-12-2015			Valor de balanço total
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.484.392	-	-	1.484.392
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.507.871	-	-	3.507.871
	<u>4.992.263</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.992.263</u>

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de *inputs* observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados *inputs* não correspondem a dados observáveis no mercado.

Risco de crédito

A Sociedade não se encontra significativamente exposta ao risco de crédito, uma vez que esta atividade não lhe é permitida. O risco de crédito é apenas aplicável às suas aplicações financeiras que correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem e a prazo domiciliados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 4).

Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a *funding*.

Risco de liquidez

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De facto, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de "Caixa e depósitos bancários" e "Outros ativos financeiros" ascendiam a 5.145.093 euros (aproximadamente 92% do ativo líquido) e a 4.992.263 euros (aproximadamente 89% do ativo líquido), respetivamente. De referir ainda que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem e a prazo junto do Banco Santander Totta S.A.

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição ao risco de mercado.

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem, depósitos a prazo e contas a receber denominados em euros.

22. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade relativas ao exercício de 2015 são consolidadas pela Santander AM Holding, S.L. com sede em Boadilla del Monte, Avenida de Cantábria S/N – Ciudad Grupo Santander, a qual detinha 100% do capital da Sociedade. Esta entidade era por sua vez detida a 100% pelo Banco Santander S.A..

Em 28 de dezembro de 2016, ocorreu a fusão por incorporação no Banco Santander S.A da Santander AM Holding, S.L., pelo que no exercício de 31 de dezembro de 2016, a Sociedade passou a consolidar diretamente no Banco Santander S.A.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de emissão destas demonstrações, não foram recebidas novas informações acerca de condições que existam à data do balanço e que dessem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.



Handwritten signature and initials, possibly 'J. L.' and 'E.A.'.

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)


ATIVO	Notas	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	-	-
Ativos intangíveis	8	-	-
Total do ativo não corrente		<u>-</u>	<u>-</u>
ATIVO CORRENTE:			
Outros ativos financeiros	9	3 500 437	3 507 871
Estado e outros entes públicos	18	10 407	181 633
Outras contas a receber	10	406 975	425 242
Caixa e depósitos bancários	4	1 644 656	1 484 392
Total do ativo corrente		<u>5 562 475</u>	<u>5 599 138</u>
Total do ativo		<u><u>5 562 475</u></u>	<u><u>5 599 138</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	12	200 000	200 000
Outras reservas		187 417	187 417
Resultados transitados	12	2 758 476	2 736 369
		<u>4 145 893</u>	<u>4 123 786</u>
Resultado líquido do exercício		340	22 107
Total do capital próprio		<u><u>4 146 233</u></u>	<u><u>4 145 893</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões		9 966	-
Total do passivo não corrente		<u>9 966</u>	<u>-</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	18	11 795	-
Diferimentos	11	1 394 481	1 453 245
Total do passivo corrente		<u>1 406 276</u>	<u>1 453 245</u>
Total do passivo		<u><u>1 416 242</u></u>	<u><u>1 453 245</u></u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>5 562 475</u></u>	<u><u>5 599 138</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

João Pedro Sousa Almeida
 Presidente do Conselho de Administração


SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

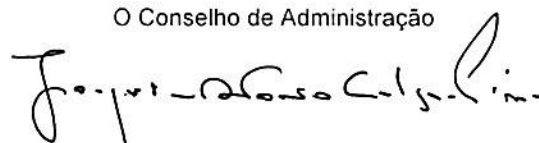
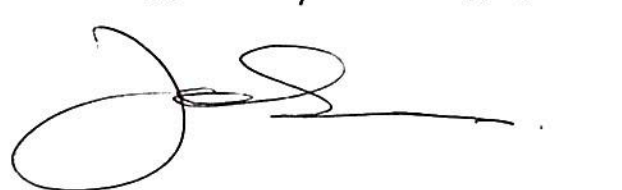
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015
Serviços prestados	13	1 621 657	1 670 601
Fornecimentos e serviços externos	14	(1 288 207)	(1 350 473)
Gastos com o pessoal	15	(307 322)	(286 142)
Provisões (Aumentos / reduções)		(9 966)	-
Outros rendimentos		1 430	5 717
Outros gastos	16	(9 676)	(14 901)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>7 916</u>	<u>24 802</u>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>7 916</u>	<u>24 802</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	17	4 219	19 381
Resultado antes de impostos		<u>12 135</u>	<u>44 183</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	18	(11 795)	(22 076)
Resultado líquido do exercício		<u><u>340</u></u>	<u><u>22 107</u></u>
Resultado por acção básico	19	0,00	0,11

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


 João Pedro Afonso Caldeira
 Presidente do Conselho de Administração


SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31-12-2014	1 000 000	200 000	187 417	2 084 004	652 365	4 123 786
Aplicação do resultado de 2014	-	-	-	652 365	(652 365)	-
Resultado líquido do exercício de 2015	-	-	-	-	22 107	22 107
Saldos em 31-12-2015	<u>1 000 000</u>	<u>200 000</u>	<u>187 417</u>	<u>2 736 369</u>	<u>22 107</u>	<u>4 145 893</u>
Aplicação do resultado de 2015	-	-	-	22 107	(22 107)	-
Resultado líquido do exercício de 2016	-	-	-	-	340	340
Saldos em 31-12-2016	<u>1 000 000</u>	<u>200 000</u>	<u>187 417</u>	<u>2 758 476</u>	<u>340</u>	<u>4 146 233</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

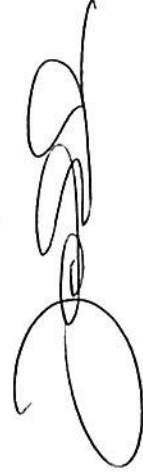
O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Francisco P. V. Almeida



SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	1 627 616	1 544 851
Pagamentos a fornecedores	-1 392 982	-59 937
Pagamentos ao pessoal	-249 003	-248 863
Caixa gerada pelas operações	-14 369	1 236 051
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	169 451	-243 356
Outros recebimentos / (pagamentos)	-6 470	-20 136
Fluxos das atividades operacionais [1]	148 611	972 559
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Outros depósitos bancários	-3 500 000	-3 500 000
Recebimentos provenientes de:		
Outros depósitos bancários	3 500 000	2 500 000
Juros e rendimentos similares	11 653	22 787
Fluxos das atividades de investimento [2]	11 653	-977 213
Variação de caixa e seus equivalentes [3]=[1]+[2]	160 264	-4 654
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (Nota 4)	1 484 392	1 489 046
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (Nota 4)	1 644 656	1 484 392

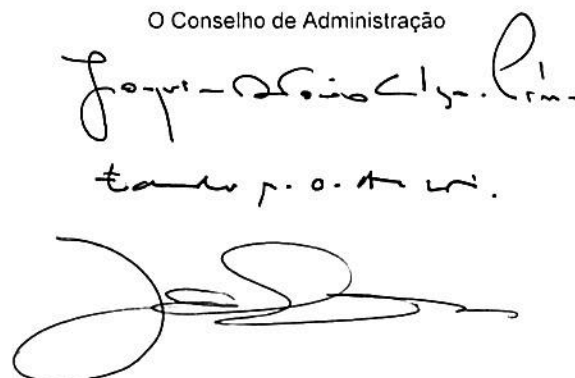
O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

João Pedro Almeida
 Presidente do Conselho de Administração



SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

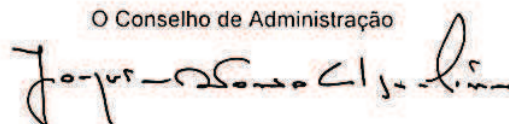
ATIVO	Notas	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	-	-
Ativos intangíveis	8	-	-
Total do ativo não corrente		-	-
ATIVO CORRENTE:			
Outros ativos financeiros	9	3 500 437	3 507 871
Estado e outros entes públicos	18	10 407	181 633
Outras contas a receber	10	406 975	425 242
Caixa e depósitos bancários	4	1 644 656	1 484 392
Total do ativo corrente		5 562 475	5 599 138
Total do ativo		5 562 475	5 599 138
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	12	200 000	200 000
Outras reservas		187 417	187 417
Resultados transitados	12	2 758 476	2 736 369
		4 145 893	4 123 786
Resultado líquido do exercício		340	22 107
Total do capital próprio		4 146 233	4 145 893
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões		9 966	-
Total do passivo não corrente		9 966	-
PASSIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	18	11 795	-
Diferimentos	11	1 394 481	1 453 245
Total do passivo corrente		1 406 276	1 453 245
Total do passivo		1 416 242	1 453 245
Total do capital próprio e do passivo		5 562 475	5 599 138

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.


O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



João Pedro Almeida



SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015
Serviços prestados	13	1 621 657	1 670 601
Fornecimentos e serviços externos	14	(1 288 207)	(1 350 473)
Gastos com o pessoal	15	(307 322)	(286 142)
Provisões (Aumentos / reduções)		(9 966)	-
Outros rendimentos		1 430	5 717
Outros gastos	16	(9 676)	(14 901)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 916	24 802
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 916	24 802
Juros e rendimentos similares obtidos	17	4 219	19 381
Resultado antes de impostos		12 135	44 183
Imposto sobre o rendimento do exercício	18	(11 795)	(22 076)
Resultado líquido do exercício		340	22 107
Resultado por acção básico	19	0,00	0,11

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

João Manuel Calisto
 Presidente do Conselho de Administração





Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 5.562.475 euros e um total de capital próprio de 4.146.233 euros, incluindo um resultado líquido de 340 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 dos fundos de pensões, por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (“SROCs”), que oportunamente emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria (“Relatórios”) sem reservas. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos Fundos, baseou-se essencialmente nos Relatórios emitidos por essas SROCs.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752. Capital Social Euros 314.000
Inserita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas

incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

30 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Acionistas da

Santander Pensões

Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.

1. Nos termos da Lei e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A. (Sociedade) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. No período em que estivemos em funções acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2016, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as políticas contabilísticas, os critérios de reconhecimento e os juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas adotados.
4. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.
5. Obtivemos ainda os relatórios existentes nesta data das Funções de cumprimento, gestão de risco e auditoria interna. Procedemos à leitura das atas do Conselho de Administração e da Assembleia Geral.

6. Reunimos com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda., da qual obtivemos todos os esclarecimentos necessários à compreensão das Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2016, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas, por si emitida nesta data, com a qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzida. Fomos igualmente esclarecidos que os aspetos mencionados como ênfases na Certificação Legal das Contas reportada ao ano de 2015 já se encontravam resolvidas.
7. Analisámos os Relatórios Adicionais ao Órgão de Fiscalização preparados pelo Revisor Oficial de Contas dos Fundos geridos pela Sociedade, os quais referem não terem sido identificados eventos ou condições no decurso do trabalho de auditoria que tenham suscitado dúvidas significativas quanto à capacidade dos Fundos prosseguirem as operações em continuidade nem foram identificadas deficiências significativas do sistema de controlo interno e/ou do sistema de contabilidade dos Fundos. Tomámos conhecimento das Certificações Legais das Contas dos Fundos, as quais não apresentam quaisquer reservas ou ênfases.
8. Do trabalho desenvolvido gostaríamos de referir o facto das funções consideradas chave no sistema de governação (função de gestão de riscos, função de *compliance* e de auditoria interna) serem desenvolvidas por uma unidade organicamente integrada no Banco Santander Totta, que exerce funções com carácter transversal em todo o Grupo. É convicção do Conselho de Administração que a Sociedade está em pleno cumprimento do definido na NR n.º 8/2009-R.
9. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado e as conclusões da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que a Assembleia Geral:
 - a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016,
 - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
 - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados obtidos nesse mesmo exercício.

10. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores da Sociedade e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 30 de março de 2017

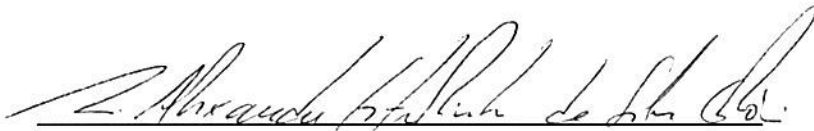
O Conselho Fiscal



Presidente:

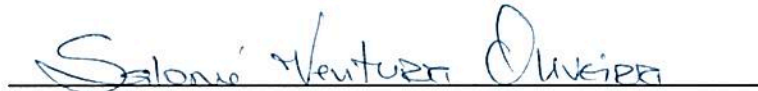
PKF & Associados – SROC, Lda.

Representada por Célia Maria Pedro Custódio



Rui Glória

Vogal



Salomé Oliveira

Vogal